

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS.

Decreto n.º 135/81

de 28 de Outubro

O Governo decreta, nos termos da alínea c) do artigo 200.º do Constituição, o seguinte:

Artigo único. É aprovado o Acordo de Cooperação Científica e Técnica entre a República Portuguesa e a República Argentina, assinado em Buenos Aires em 26 de Junho de 1981, cujo texto, em português e castelhano, acompanha o presente decreto.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 1 de Outubro de 1981. — *Francisco José Pereira Pinto Balsemão*.

Assinado em 14 de Outubro de 1981.

Publique-se.

O Presidente da República, ANTÓNIO RAMALHO EANES.

ACORDO DE COOPERAÇÃO CIENTÍFICA
E TÉCNICA ENTRE A REPÚBLICA PORTUGUESA
E A REPÚBLICA ARGENTINA

O Governo da República Portuguesa e o Governo da República Argentina,

Animados pelo desejo de intensificarem as relações de amizade existentes entre os dois países; e

Considerando o seu comum interesse em promover a cooperação científica e técnica em benefício do desenvolvimento económico e social dos seus países;

acordaram no seguinte:

ARTIGO I

A cooperação prevista no presente Acordo terá por objectivos promover o progresso científico e técnico e contribuir eficazmente para o desenvolvimento económico e social de ambos os países, mediante a aplicação dos seus conhecimentos e capacidades científicas e tecnológicas nas áreas e sectores de interesse e benefício mútuo.

ARTIGO II

Em conformidade com o assinalado no artigo I, a cooperação terá por modalidade principal de realização a execução conjunta e coordenada de programas e projectos destinados a promover:

- a) O progresso da investigação científica e do desenvolvimento experimental e a implementação das tecnologias resultantes dessas actividades, bem como a adaptação das tecnologias existentes;
- b) A transferência dos conhecimentos, tecnologias e experiências de cada uma das Partes para a outra, mediante a prestação de serviços de consultoria.

ARTIGO III

As acções de cooperação poderão revestir qualquer forma sobre a qual ambas as Partes Contratantes estejam de acordo, nomeadamente:

- a) Intercâmbio de informação científica e tecnológica, tecnologias, patentes e licenças, de acordo com o estipulado no artigo V;
- b) Intercâmbio e treino de pessoal exercendo actividades científicas e tecnológicas;
- c) Utilização, em projectos comuns, de instalações e equipamentos científicos e tecnológicos;
- d) Concessão de facilidades para a participação de cientistas e tecnólogos de cada uma das Partes em reuniões de ciência e tecnologia organizadas pela outra.

ARTIGO IV

A realização de programas e projectos oficiais de cooperação compreendidos no âmbito deste Acordo e os pormenores complementares serão objecto de acordos específicos, concertados pela via diplomática, os quais, por sua vez:

- a) Determinarão os organismos e instituições, públicos e privados, de cada Estado que terão a seu cargo e execução das acções que se acordem;
- b) Preverão, quando se justificar, a forma de cobrir a responsabilidade que possa emergir das actividades que se realizem em virtude deste Acordo;
- c) Determinarão o alcance da difusão da informação relacionada com os programas e projectos acordados;
- d) Preverão o modo e o montante da contribuição governamental e privada para os programas e projectos acordados.

ARTIGO V

As Partes Contratantes, tendo em consideração as respectivas legislações, fomentarão o intercâmbio e a utilização de tecnologia patenteada e não patenteada de propriedade de pessoas físicas ou jurídicas de cada uma delas, com domicílio nos seus respectivos territórios.

ARTIGO VI

As Partes Contratantes fomentarão, em conformidade com as respectivas legislações, a participação dos organismos e instituições privados de cada uma das Partes nos programas e projectos de cooperação previstos no presente Acordo. Essa participação será concretizada no âmbito dos acordos específicos mencionados no artigo IV.

ARTIGO VII

No que respeita ao intercâmbio de pessoal científico e técnico previsto no artigo III, os custos da viagem de um país para o outro serão suportados pela Parte que envia; a Parte que recebe tomará a seu cargo as despesas de alojamento, manutenção, assistência médica e transporte local, a não ser que os acordos específicos previstos no artigo IV estabeleçam outro procedimento.

ARTIGO VIII

Quando a cooperação for de carácter oficial, os rendimentos pessoais dos especialistas e familiares imediatos e os bens, equipamentos e materiais que sejam importados e ou exportados para o cumprimento deste Acordo e dos acordos previstos no artigo IV estarão isentos do pagamento de direitos de importação e ou exportação, taxas, impostos e demais tributos devidos, em conformidade com a legislação nacional do Estado onde as acções de cooperação forem efectivadas e sob condição de reciprocidade.

ARTIGO IX

1 — É criada uma Comissão Mista Científica e Tecnológica, que terá por função promover, acompanhar e avaliar a aplicação do presente Acordo e dos acordos específicos previstos no artigo IV.

2 — Esta Comissão será integrada por representantes de ambas as Partes e, se estas assim o entenderem, o sector privado poderá estar representado.

3 — Esta Comissão reunirá de dois em dois anos, alternadamente em Portugal e na Argentina.

4 — A Comissão Mista fará as recomendações que entenda apropriadas e poderá sugerir a designação de grupos de peritos para o estudo de questões particulares. Estes grupos poderão ser convocados, por via diplomática, fora das reuniões da Comissão Mista, a pedido de uma das Partes e de comum acordo entre ambas.

ARTIGO X

As Partes Contratantes, quando o entendam apropriado, e de comum acordo, podem convidar organizações e instituições de terceiros países ou organismos internacionais a participar em programas e projectos de cooperação previstos no artigo IV.

ARTIGO XI

Ambas as Partes Contratantes designarão nos seus respectivos países o organismo encarregado de coordenar as acções de carácter governamental que internamente se realizem para o cumprimento do presente Acordo.

ARTIGO XII

O presente Acordo entrará em vigor após a notificação recíproca do cumprimento das formalidades constitucionais de ambos os países, acordando as Partes Contratantes na sua aplicação provisória a partir da data da assinatura.

ARTIGO XIII

O presente Acordo será válido por tempo indeterminado, podendo ser denunciado por qualquer das Partes Contratantes.

A denúncia produzirá efeitos seis meses após a data em que qualquer das Partes notifique a outra da sua intenção de denunciá-lo.

Em caso de denúncia do presente Acordo, continuarão a aplicar-se, até à sua conclusão, os programas e

projectos em curso de execução, salvo se no momento da denúncia for feita referência expressa em contrário.

Feito em Buenos Aires em 26 de Junho de 1981, em dois exemplares, nas línguas portuguesa e castelhana, fazendo os dois igualmente fé.

Pelo Governo da República Portuguesa:

(Assinatura ilegível.)

Pelo Governo da República Argentina:

(Assinatura ilegível.)

ACUERDO DE COOPERACIÓN
CIENTÍFICA Y TÉCNICA ENTRE LA REPÚBLICA PORTUGUESA
Y LA REPÚBLICA ARGENTINA

El Gobierno de la República Portuguesa y el Gobierno de la República Argentina,

Animados por el deseo de intensificar las relaciones de amistad existentes entre los dos países; y Considerando su común interés en promover la cooperación científica y técnica en beneficio del desarrollo económico y social de sus países;

acordaron lo siguiente:

ARTICULO I

La cooperación prevista en el presente Acuerdo tendrá por objetivos promover el progreso científico y técnico y contribuir eficazmente al desarrollo económico y social de ambos países mediante la aplicación de sus conocimientos y capacidades científicas y tecnológicas en las áreas y sectores de interés y beneficio mutuo.

ARTICULO II

En conformidad con lo establecido en el artículo I, la cooperación tendrá por modalidad principal de realización la ejecución conjunta y coordinada de programas y proyectos destinados a promover:

- a) El progreso de la investigación científica y el desarrollo experimental y la implementación de las tecnologías resultantes de esas actividades, como así también la adaptación de las tecnologías existentes;
- b) La transferencia de los conocimientos, tecnologías y experiencias de cada una de las Partes hacia la otra, mediante la prestación de servicios de consultoría.

ARTICULO III

Las acciones de cooperación podrán revestir cualquier forma sobre la cual ambas Partes Contratantes estuvieren de acuerdo, entre las cuales:

- a) Intercambio de información científica y tecnológica, tecnologías, patentes y licencias, de acuerdo con lo estipulado en el artículo V;
- b) Intercambio y entrenamiento de personal que ejerza actividades científicas y tecnológicas;
- c) Utilización, en proyectos comunes, de instalaciones y equipos científicos y tecnológicos;

- d) Concesión de facilidades para la participación de científicos y técnicos de cada una de las Partes en reuniones de ciencia y tecnología organizadas por la otra Parte.

ARTÍCULO IV

La realización de programas y proyectos oficiales de cooperación comprendidos en el ámbito de este Acuerdo y los pormenores complementarios serán objeto de acuerdos específicos, concertados por vía diplomática, los cuales a su vez:

- a) Determinarán los organismos e instituciones, públicos o privados, de cada Estado que tendrán a su cargo la ejecución de las acciones que se acuerden;
- b) Preverán cuando se justifique, la forma de cubrir la responsabilidad que pueda surgir de las actividades que se realicen en virtud de este Acuerdo;
- c) Determinarán el alcance de la difusión de información relacionada con los programas y proyectos acordados;
- d) Preverán el modo y el monto de la contribución gubernamental y privada para los programas y proyectos acordados.

ARTÍCULO V

Las Partes Contratantes de conformidad con sus respectivas legislaciones, fomentarán el intercambio y la utilización de tecnología patentada y no patentada de propiedad de personas físicas o jurídicas de cada una de ellas, con domicilio en sus respectivos territorios.

ARTÍCULO VI

Las Partes Contratantes fomentarán, de conformidad con sus respectivas legislaciones, la participación de los organismos e instituciones privados de cada una de ellas en los programas y proyectos de cooperación previstos en el presente Acuerdo. Esa participación será concretada en el ámbito de los acuerdos específicos mencionados en el artículo IV.

ARTÍCULO VII

En lo que respecta al intercambio de personal científico y técnico previsto en el artículo III, el costo de los viajes de un país al otro estará a cargo de la Parte que envía; la Parte receptora tomará a su cargo los gastos de alojamiento, manutención, asistencia médica y transporte local, salvo que los acuerdos específicos previstos en el artículo IV establezcan otro procedimiento.

ARTÍCULO VIII

Cuando la cooperación fuera de carácter oficial, los efectos personales de los especialistas y familiares inmediatos, y los bienes, equipos y materiales que sean importados y/o exportados para el cumplimiento de este Acuerdo y de los acuerdos específicos previstos en el artículo IV estarán exentos del pago del derecho de importación y/o exportación, tasas, impuestos y demás tributos debidos, de conformidad con las legislaciones nacionales del Estado donde las acciones de cooperación fueren efectuadas, y bajo condición de reciprocidad.

ARTÍCULO IX

1 — Se crea una Comisión Mixta Científica y Tecnológica, que tendrá por función promover, acompañar y avalar la aplicación del presente Acuerdo y de los acuerdos específicos previstos en el artículo IV.

2 — Esa Comisión estará integrada por representantes de ambas Partes y, si éstas así lo entendieren, el sector privado podrá estar representado.

3 — Esa Comisión se reunirá cada dos años, alternadamente en Portugal y en Argentina.

4 — La Comisión Mixta hará las recomendaciones que considere apropiadas y podrá sugerir la designación de grupos de expertos para el estudio de cuestiones particulares. Estos grupos podrán ser convocados, por vía diplomática, fuera de las reuniones de Comisión Mixta, a pedido de una de las Partes y de común acuerdo entre ambas.

ARTÍCULO X

Las Partes Contratantes, cuando lo encuentren apropiado, y de común acuerdo, podrán invitar a organizaciones o instituciones de terceros países u organismos internacionales, a participar, en los programas o proyectos de cooperación previstos en el artículo IV.

ARTÍCULO XI

Ambas Partes Contratantes designarán en sus respectivos países el organismo encargado de coordinar las acciones de carácter gubernamental que en el orden interno se realicen a los fines del cumplimiento del presente Acuerdo.

ARTÍCULO XII

El presente Acuerdo se aplicará provisionalmente desde el día de su firma y entrará en vigor en la fecha en que ambas Partes Contratantes se notifiquen recíprocamente haberlo aprobado de conformidad con sus respectivas disposiciones legales.

ARTÍCULO XIII

El presente Acuerdo tendrá duración por tiempo indeterminado, pudiendo ser denunciado por cualquiera de las Partes Contratantes.

La denuncia surtirá efecto seis meses después de la fecha en que alguna de las Partes comunicare a la otra su intención en tal sentido.

En caso de denuncia del presente Acuerdo, sus disposiciones continuarán aplicándose a los programas y proyectos en curso de ejecución, hasta su conclusión, salvo que en el momento de la denuncia se haga expresa referencia en contrario.

Hecho en la ciudad de Buenos Aires, capital de la República Argentina, a los veintiseis días del mes de junio de mil novecientos ochenta y uno, en dos ejemplares originales, en los idiomas portugués y español, igualmente válidos.

Por el Gobierno de la República Portuguesa:

(Assinatura ilegível.)

Por el Gobierno de la República Argentina:

(Assinatura ilegível.)